

Universidade Estadual de Goiás
UnU “Rio das Pedras” Itaberaí-Go

Ana Claudia Silva da Luz
Jeruza Cunha Coelho

Educação Infantil: tempo de cuidar e educar.

Itaberaí
Novembro/2009

Universidade Estadual de Goiás
UnU “Rio das Pedras” Itaberaí-Go

Ana Claudia Silva da Luz
Jeruza Cunha

Trabalho de conclusão de curso
sob a orientação do professor
Luiz Antônio Gomes, como
parte
dos requisitos para a conclusão
do curso de Licenciatura plena
em Pedagogia

Itaberaí
2009

Dedicamos esse estudo aos nossos familiares que sempre nos apoiaram e nos incentivaram a prosseguir nessa etapa de nossas vidas

Agradecemos a Deus pela vida e pela capacidade de pensar, aos nossos pais pelo apoio, ao nosso orientador pela compreensão e por estar sempre á nossa disposição, as colegas pelo companheirismo, e em especial a professora Ms. Rachel Benta que a todo o momento esteve disposta a nos ajudar.

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo, se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não falar apenas de minha utopia, mas participar de todas as práticas com elas coerentes. Paulo Freire

Sumário

Introdução	07
1. Educação e Infância	09
1.1. Surgimento da Educação	13
1.2. Novos Rumos na História da Educação Brasileira	14
1.3. Infância	18
2. Educação Infantil	23
3. Creche	26
3.1. O Profissional de Educação na Creche	29
3.2. Considerações Finais	30
Referências Bibliográficas	31

INTRODUÇÃO

Educação Infantil – Tempo de cuidar e educar é o tema deste estudo, cujo problema é: A educação existe de fato em instituições de educação infantil, ou o papel dela é apenas assistencial?

Este trabalho de Conclusão de Curso ainda traz como objetivo geral, propor um olhar sobre a Educação Infantil em que as crianças sejam os principais motivos de se ter uma educação de qualidade. Para isso faz-se necessário partir de objetivos específicos que são: conhecer o cotidiano das crianças em relação à vivência em casa, e na comunidade; comparar comportamentos das mesmas nos diferentes meios sociais; verificar qual a importância desta instituição na vida destas crianças; analisar o papel da mesma na atualidade com o papel dela no passado; verificar como o processo educacional ocorre nestas instituições e como deveria ocorrer.

É importante ressaltar que a escolha do tema, justifica-se pelo fato de uma preocupação com a educação formal de crianças de zero a seis anos que passam a maior parte do dia em instituições educativas. Dessa forma, essas crianças merecem uma atenção especial nesta fase de suas vidas, pois a maior parte delas são de famílias pobres e frequentam instituições públicas porque seus responsáveis não têm condições de deixá-las em outro local. A creche é uma delas que é vista como uma última opção, onde favorece apenas os responsáveis que não tem com quem deixar suas crianças.

Com a atenção voltada exclusivamente para a educação ou para a formação de das crianças, percebe-se que a função desenvolvida nestas instituições pode ser transformada. Esta pode deixar de ser um local de assistência social para ser uma instituição verdadeiramente educativa. Desta forma a educação dessas crianças deve ter a atenção de todos os envolvidos na criação das mesmas, desde a infância com o início do convívio social.

Todos e possíveis meios de melhorar a educação devem ser analisados para que alcance resultados satisfatórios no trabalho realizado por profissionais capacitados para a educação infantil

Este trabalho justifica-se também, por apresentar através de estudos, mudanças que possivelmente poderão ocorrer caso o trabalho realizado em

instituições de educação infantil tenha uma visão educativa, tendo como objetivo a formação básica de crianças ocorrida nestas instituições.

1. EDUCAÇÃO E INFANCIA

Ao falar em educação pensamos logo em escola, sala de aula, professor e aluno ou, que ela acontece unicamente no espaço escolar. Mas, percebemos que o indivíduo ao chegar à escola, já traz consigo uma visão de mundo, e experiências adquiridas na família ou na comunidade, que não deixa de ser uma educação informal, podendo contribuir para o desenvolvimento da educação formal acontecida nas escolas.

O termo “educação” tem sua origem em duas palavras do latim: *educere* e *educare*. A primeira quer dizer “conduzir de fora” “dirigir exteriormente”; a segunda indica “sustentar”, “alimentar”, “criar”. O sentido comum é de “instruir” e “ensinar”, mas com conotações diferentes que já indicam posturas pedagógicas diferentes. (GHIRALDELLI Jr. 2008, p.13)

A educação esta presente continuamente em nossa vida, pois estamos sempre em convívio com outras pessoas, mesmo que sejam de costumes ou culturas diferentes. Há trocas de saberes ou experiências que podemos chamar também de educação, tais mediações nos levam ao conhecimento. E todo conhecimento adquirido dessa maneira, é também uma forma de educação. De acordo com Brandão, (2007) “ninguém escapada da educação”. Segundo ele “a educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas invenções de sua cultura, em uma sociedade”. (BRANDÃO, 2007 p. 10).

A educação acontece em todo lugar, ela é um processo contínuo, que acompanha o indivíduo ao longo de toda sua vida. A educação formal ocorrida nas escolas é uma das responsáveis pelo fato de preparar o indivíduo para viver em sociedade.

É necessário que a escola, crie meios para que a criança descubra seu senso crítico, opinando e interferindo nas ações sociais, acompanhando as mudanças ou transformações da sociedade contemporânea. É através da educação que o conhecimento pode ser aprimorado. Ela possibilita que o indivíduo descubra e recrie seu próprio conceito a respeito de algo para que formule sua idéia.

Em toda a história da humanidade, a educação teve um papel importantíssimo na comunidade, mesmo em tempos em que não havia escolas e não se tinha conhecimentos tecnológicos, existiu quem tivesse a função de ensinar ou mostrar um caminho a ser seguido nesta comunidade, sendo a maneira de educar desse povo. A educação sempre foi uma das responsáveis pela moral e bons costumes da sociedade. Através dela, é que o indivíduo se forma para agir em sociedade.

De acordo com Brandão (2007) nas tribos indígenas, onde as escolas formais às vezes inexistem, a educação é passada de pai para filho através das gerações, reproduzindo costumes e culturas ao longo dessas gerações, em que os mais velhos são os mais sábios e cabe a eles educar as crianças da sua comunidade. Estes preparam as crianças para serem guerreiros conforme os costumes do seu grupo social, em que a educação acontece ao longo de toda sua vida acompanhando o desenvolvimento dos mesmos, de acordo com o tempo até se tornarem idosos.

A educação contemporânea acompanha o desenvolvimento tecnológico da sociedade, a divisão de classes, o capitalismo, tem feito com que os jovens tenham mais facilidade em acompanhar esse desenvolvimento, assim, o conhecimento passado de pai para filho necessita ser adaptado a realidade atual da sociedade.

Não há uma fórmula pronta para que a educação aconteça, esta claro que ela esta presente em todos os grupos, em qualquer lugar. A escola serve como suporte que vai aprimorar o conhecimento adquirido com a família, ou em outro grupo social que a criança possa conviver. A escola tem o papel de mostrar caminhos e estimular as indagações do indivíduo para que crie sua própria idéia, podendo ser repassada e também questionada dentro de seu grupo social.

É necessário assim, que o estímulo aconteça desde a concepção, valorizando a infância, dando espaço para que a criança exponha suas idéias de acordo com a realidade da mesma. Dessa forma, a educação formal não acontece só a partir dos seis anos de idade, ela deve ser adaptada também em instituições infantis desde o seu nascimento conforme a potencialidade de cada um.

1.1 Surgimento da educação

A educação em si sempre existiu sobre várias formas. Ela de maneira formal ou instrutiva surgiu a partir de necessidades da própria sociedade, onde reconheceram a importância de ter seu povo instruído, com o intuito de buscar os direitos por igualdade entre o povo de uma mesma sociedade dividida em classes. De acordo com Lopes (1981), a educação ela deveria ser gratuita e acessível a quem tivesse interesse a mesma.

No Brasil, a educação pública é algo recente da nossa sociedade, mesmo que ela só foi reconhecida a partir de século XX. Mas conforme Lopes (1981), a educação pública existe desde os tempos antigos. No entanto, modernamente a educação torna-se pública em países atingidos pelo movimento da Reforma.

Diante disso, o povo se vê livre para entender as escrituras sagradas, podendo assim ser salvos através da leitura bíblica. Nesse sentido, “Lutero apela diretamente para as autoridades públicas, evocando a necessidade da criação de escolas”. (LOPES 1981 p. 14).

A educação existente nesse período era o modelo de educação indígena. Segundo Saviani (2007), o marco da história da educação brasileira se refere à cultura dos Tupinambás. Os índios Tupinambás foram os primeiros habitantes do Brasil antes da chegada dos colonizadores europeus.

O exemplo dos Tupinambás ilustra o entendimento de que numa sociedade sem classes, o fim da educação coincide com interesses comuns do grupo e se realizam igualmente aos seus membros de forma integral (SAVIANI 2007, p.38).

Segundo Saviani (2007), a educação formal surgiu a partir de 1549 com a vinda dos Jesuítas, com o objetivo de propagar a fé cristã. Os jesuítas permaneceram como os únicos educadores por mais de duzentos anos. Mesmo com o ensino de leitura escrita o objetivo dessa educação era de ensinar a palavra divina.

Como quase toda responsabilidade educacional estava sob os Jesuítas, quando foram expulsos do Brasil em 1758, essa educação ficou praticamente parada, pois não havia quem pudesse substituir o ensino oferecido pelos padres Jesuítas por muitos anos.

A educação era totalmente restrita e privada, atendendo a elite, causando manifestações da população menos favorecida em busca de instrução para as crianças e jovens da sociedade. Inicia-se então o processo educativo vivenciado até os dias atuais. Ela é um dever do Estado numa sociedade dividida em classes, com um modelo educacional elitista, deixando de lado a realidade vivenciada pela maioria dos cidadãos brasileiros, que estão excluídos de uma educação de qualidade que atenda a todos democraticamente.

Conforme as informações supra citadas anteriormente, percebemos a necessidade de se ter uma educação voltada às necessidades exclusivas das crianças que a partir da Proclamação da República e com o desenvolvimento industrial, a população vem sofrendo pressões que os obrigam a ter uma qualificação para o mercado de trabalho.

Dessa forma, as famílias necessitam ter um local para deixar suas crianças enquanto estão trabalhando, fazendo com que as instituições educativas atendam as necessidades dos pais e não dos seus filhos em si. No período que antecede a Proclamação da República, observam-se iniciativas isoladas de proteção a infância. De acordo com Ghiraldelli Jr. (2008), a abolição da escravidão no Brasil suscitou, de um lado, novos problemas concernentes ao destino dos filhos de escravos, que já não iriam assumir a condição de seus pais, e de outro, ocorreu para o aumento de abandono de crianças.

Segundo Ghiraldelli Jr. (2008), na década de 1920, ocorreu o primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à infância, no qual foram discutidos temas como a educação moral, a higiene e o aprimoramento da raça negra, com ênfase no papel da mulher como educadora. Surgiram neste contexto as primeiras regulamentações de atendimento de crianças pequenas em escolas: maternais e jardins de infância.

Em 1932, surgiu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento redigido por Fernando de Azevedo. Segundo Ghiraldelli (2008), este documento apresenta diversas tendências de pensamento enfatizando o problema da educação como primazia diante de tantos outros problemas da sociedade.

O desenvolvimento da sociedade capitalista exigia da educação, qualidade de ensino para que a mesma acompanhasse o crescimento do país, tanto na economia, quanto na sua cultura naquele período de modernidade. Assim o

“documento de 1932, a nova filosofia da educação deveria adaptar a escola à modernidade”. (GHIRALDELLI Jr. 2008, p.42).

Conforme as mudanças ocorridas na sociedade, havia então uma nova exigência à educação, pois se acreditava que ela poderia preparar o indivíduo e qualificá-lo para o desenvolvimento econômico do país. A educação assim deveria variar de acordo com cada momento vivido pela sociedade.

O Manifesto defendia vários pontos, como a educação com função pública, a exigência de uma escola única e da co-educação de meninos e meninas, a necessidade de um ensino ativo nas salas de aula e de o ensino ser laico, gratuito e obrigatório. Assim “o manifesto tende mais a adaptar a escola do trabalho aos moldes da escola profissionalizante do que permanecer na idéia de escola única baseada nos interesses da criança no seu desenvolvimento de dentro pra fora”. (GHIRALDELLI JR. 2008, p. 47)

Dessa forma a escola na sua prática, estava preparando os alunos para conviver com o sistema capitalista de maneira a viver de acordo com a exigência do mesmo, onde o ensino deveria ser transferido de “fora pra dentro”, em vez de ser mediado, de “dentro pra fora”.

Entre outros pontos discutidos no período de renovação do pensamento educacional, estava a pré-escola, instituída como base do sistema escolar. Entretanto, o debate a cerca da renovação pedagógica dirigiu-se mais aos jardins de infância, onde estudavam as crianças dos grupos sociais de prestígio, do que os parques infantis, onde as crianças dos meios populares eram submetidas a proposta de trabalho educacional que pouco tinham em comum com os com os preceitos escolanovistas.

Segundo Ghiraldelli Jr. (2008), na década de 1940, prosperaram iniciativas governamentais na área da saúde, previdência e assistência. O higienismo, a filantropia e a puericultura dominaram, na época, a perspectiva de educação de crianças pequenas.

Durante a segunda metade do século XX, o incremento da industrialização e da urbanização no país proporcionou novo aumento da participação da mulher no mercado de trabalho e as creches e parques infantis passaram a ser cada vez mais procurados por domésticas, trabalhadoras do comércio e funcionárias públicas.

No início dos anos de 1960, ocorreu uma mudança marcante: a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Essa lei dispunha que a “educação pré-primária destina-se aos menores de 7 anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins de infância”. (LDB BRASIL, 2006)

Outro ponto da lei, é que as empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária.

Assim, todo esse quadro social refletia o dinamismo do contexto sócio-político e econômico do início da década de 1960, que seria alterado pela ditadura militar, com marcantes reflexos sobre a educação das crianças pequenas em particular.

1.2 Novos Rumos na história da Educação brasileira

No período dos governos militares após 1964, as políticas adotadas em nível federal, continuaram a divulgar a idéia de creche com equipamentos sociais de assistência à criança carente. Muitas entidades, influenciadas pelo tecnicismo que se infiltrou na área do serviço social, esboçaram uma orientação mais técnica para o seu trabalho com as crianças, incluindo preocupações com aspectos da educação formal.

Na década de 1970, teorias elaboradas nos Estados Unidos e na Europa sustentavam que as crianças das camadas mais pobres, sofriam de privação cultural e eram invocadas para explicar o fracasso escolar de si mesmas.

Aumentou a demanda por pré-escolas, incentivando o processo de municipalização da educação pré-escolar pública com a diminuição de vagas nas redes estaduais de ensino e sua ampliação nas redes municipais.

No processo de abertura política que marcou o final do regime militar, a fim de dar razão as tensões sociais latentes no país, foram adotadas medidas para ampliar o acesso da população mais pobre a escola (pré, primeiro e segundo graus) e sua permanência nela, garantindo a ocorrência de aprendizado básico.

Com o termino desse período militar de governo, em 1985, novas políticas para as creches foram incluídas no Plano Nacional de Desenvolvimento e começa

a ser admitida a idéia de que a creche não diz respeito apenas a mulher ou a família, mas também ao Estado e as empresas.

Lutas pela democratização da escola pública, somadas a pressão de movimentos feministas possibilitaram a conquista na Constituição de 1988, do reconhecimento da educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e dever do Estado a ser cumprido nos sistemas de ensino.

1.3 infância

O conceito de infância, é determinado historicamente por transformações na organização da sociedade, assim, é necessário que a infância seja valorizada por toda comunidade. Segundo Ariès (2006) Na sociedade feudal, a criança tinha um papel produtivo. Na sociedade burguesa, a criança é alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para o futuro.

Na Era Medieval, o pensamento sobre a infância não existia. Não havia concepção de infância na visão dos pensadores da educação naquela época

Segundo Kramer (1996, p.16) “a concepção de infância é abstrata, esta analisando a criança como natureza infantil, distanciando-a de suas condições objetivas de vida e como estas fossem desvinculadas das relações de produção existente na sociedade”.

O termo infância inexistiu durante muito tempo mesmo com a existência da criança. Esse termo não acompanhou o seu desenvolvimento em toda a sociedade. Segundo Áries (2006), a descoberta da infância ocorreu no século XII. Ele relata que até nessa época nem mesmo nas artes há registro de obras que retratam a criança de acordo com suas verdadeiras características físicas. A figura da criança era retratada como um adulto em miniatura. As crianças eram tratadas como um adulto, sendo diferenciadas apenas pela sua estatura.

Naquela época “é mais provável que não houvesse lugar para a infância no mundo” (ARIÈS 2006, p.17). Acredita-se que nessa época não existia o sentimento da infância. O sentimento de infância corresponde à consciência da particularidade do que distingue essencialmente a criança do adulto.

A família era o único meio social pelo qual a criança poderia receber alguma forma de educação. Era essencial que o aprendizado ocorresse dentro do grupo, pois o objetivo desse modelo de educação era o de aprender a conviver

com os integrantes do grupo. Segundo Piaget, Vygotsk; Walon apud Craydy; Kaercher (2001) afirmam que a capacidade de aprender se constrói a partir de trocas estabelecidas entre o sujeito e o meio. Há assim certa clareza de que a educação na Idade Medieval ocorria por meio das relações com os adultos e também com outras crianças.

Com o fim da Idade Média, é que começou a ter um conceito de infância, porém, nesse momento da história não havia reconhecimento desse termo. Segundo Ghiraldelli Jr (2008). Só a partir do século XV é que essa concepção de infância a ser transformada. Assim “os intelectuais padres, juristas, moralistas, etc. passam a dizer que as crianças são seres qualitativamente diferentes dos adultos” (GIRALDELLI JR. 2008 p. 17). Diante essa concepção, há uma nova visão dos adultos com relação às crianças, em que se coloca em prática o cuidado e afeto nas vidas das mesmas.

No século XVII, surge uma nova forma de ver esse período. Houve naquele momento uma necessidade de separação entre a vida da criança e do adulto para um convívio em sociedade, devido interesses da igreja e da tecnologia.

Estes precisavam que as crianças tivessem certa educação para que pudessem exercer funções exigidas pela imprensa, por exemplo, logo essa educação deveria ser acompanhada pela Igreja, porque esta última exercia grande poder sobre toda a sociedade, onde reconhecia o significado da escola na vida de todos os cidadãos.

No Brasil, o atendimento à infância em sua história pode ser registrado como um atendimento ligado aos problemas causados pela falta de atenção à criança, não entendendo-a como cidadã de direitos e deveres na sociedade.

Havia o cuidado de forma assistencialista e compensatório com a infância. Dessa maneira, de acordo com o documento Saberes sobre a Infância - A Construção de uma Política de Educação Infantil, da Secretaria municipal de educação de Goiânia (2004), no período Colonial, o atendimento à Infância era reduzido e precário, mantido por instituições de cunho assistencialista. Sua perspectiva era atender exclusivamente à camada mais pobre da população, com o objetivo de diminuir os altos índices de mortalidade infantil e acolher menores abandonados.

Com o crescimento da população, a industrialização e uma crescente urbanização, cresce o número da mortalidade infantil, causada por falta de

moradia adequada, alimentação, saneamento básico, estrutura familiar, entre outros aspectos que levaram muitas mães a abandonar seus filhos na Casa dos Expostos que era chamada também de Casa da Roda.

A primeira instituição de atendimento a infância no Brasil colonial, foi a chamada Casa dos Expostos ou Casa da Roda, a qual tinha o objetivo abrigar as crianças abandonadas, estas, eram semelhantes a asilos.

De acordo com o Documento Saberes Sobre a Infância (2004), as mães colocavam as crianças na roda e avisava através de um sino que uma nova criança estava chegando. A identidade das mães não era revelada. Acredita-se que de certa forma a Casa da Roda estimulava mulheres ou até famílias a abandonar seus filhos ou a não controlar o índice de natalidade dos mesmos. Esta instituição teve uma duração de mais de um século e meio.

A partir do Desenvolvimento da sociedade do século XIX, houve a necessidade de cuidar das crianças de forma a evitar a mortalidade. O atendimento à infância, nessa fase estava voltado ao assistencialismo não só das crianças, mas também das mães, com um trabalho de conscientização em relação à saúde de ambos os membros da família, e conseqüentemente a importância da amamentação para a vida das crianças.

Do ponto de vista médico-higienista, “o grande tema associado à assistência à infância, era a mortalidade infantil. Além disso, as propostas se integravam ao projeto mais geral de saneamento para atingir a civilidade e a modernidade” (KUHLMANN JR. 1998 p.90).

Nesse período há uma necessidade de ter uma instituição adequada para os pais deixarem seus filhos com segurança, pois as mães começam daí por diante ingressar no mercado de trabalho. Assim, muitas empresas fundaram creches para que as mães trabalhadoras pudessem deixar seus filhos enquanto trabalhavam.

Dessa forma fica claro a importância de uma educação infantil de qualidade voltada exclusivamente para a criança, que por sua vez ficava a maior parte do tempo longe de casa. Portanto, a infância deveria ser reconhecida como período necessário na vida de todos, mesmo que, ele determina o futuro de cada ser humano. Assim, notamos que é preciso valorizar não só a criança como um ser pequeno e inocente, mas estimular a capacidade intelectual da mesma em

cada período de sua vida, mesmo que ela é um ser diferente do adulto e passa por muitas situações até chegar à fase adulta. (ARIÈS, 2006)

A criança possui pensamentos e ações que a diferem do adulto. Segundo Áriès (2006), ela, não deve ser tratada como um homem ou mulher em miniatura, nem como algo incapaz e indiferente, mas dever ser vista como um ser humano em fase de desenvolvimento. Por isso há uma necessidade de reconhecer a infância como principal momento da vida de cada indivíduo.

A infância é uma fase necessária. Ela “é considerada como período de crescimento no ser humano, que vai do nascimento à puberdade” (Ghiraldelli Jr. 2008, p.16). O mesmo autor assinala ainda que “a infância surge então como uma época especial na vida de homens e mulheres – uma fase natural do ser humano, mas que precisa de um ambiente histórico-social para se realizar de modo a ser superada” (GHIRALDELLI JR. 2008 p. 18).

Kuhlmann Jr.(1998) destaca o período da infância subdividido em fases de idades, para as quais, se criam instituições educacionais específicas. Dessa forma, há a interesse de instituições especializadas em atender as crianças em cada fase de suas vidas. Para tal, existem as creches e as pré-escolas como um local adequado para crianças de zero a seis anos freqüentarem como opção das mesmas e dos pais, mas mantidas na maioria das vezes pelo Estado.

Na fase da infância que o caráter humano é formado. Nesse período a criança necessita de atendimento especializado, assim de acordo com Kuhlmann Jr, (1998) é necessário que as instituições de educação infantil sejam capacitadas para exercer tal função, de forma democrática, onde atendam a todos valorizando a criança como sujeita do processo educativo.

2. EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil registra seus primeiros momentos na história como uma modalidade de educação acontecida no lar, com o objetivo de preparar o homem para o exercício futuro da cidadania e do conhecimento. Durante muito tempo, a educação da criança foi considerada uma responsabilidade das famílias, era com os adultos e outras crianças que ela aprendia a se tornar membro de um grupo.

Era necessário participar das tradições, dominarem conhecimentos indispensáveis para a sobrevivência material da criança e, conseqüentemente, preparar para enfrentar as exigências da vida adulta. No entanto por um bom período na história da humanidade, não houve nenhuma instituição responsável por compartilhar essa responsabilidade educacional pela criança com seus pais e com a comunidade da qual este faziam parte.

Conforme Craidy; Kaercher(2001), o surgimento das Instituições de Educação Infantil esteve de certa forma relacionada ao nascimento da escola e do pensamento pedagógico moderno que pode ser localizado entre os séculos XV e XVI.

Com o tempo concepção de Educação Infantil começou a ser oferecida fora do lar, e, até nos dias atuais, o objetivo continua o mesmo, apesar de pensamentos ligados à não institucionalização, o não reconhecimento sofridos ao longo da história por esta modalidade de educação.

A Revolução Francesa causou mudanças em toda a sociedade, inclusive na visão de educação que também se modifica. Com o poder nas mãos da burguesia, a educação de seus filhos tornou-se muito importante, porque acreditavam que através dela, seus filhos poderiam levar adiante os estabelecimentos comerciais e conseguir melhores posições sociais. A partir de então as escolas assumiram o papel de mediadora, onde poderia mostrar o caminho para o futuro, em que prepararia os indivíduos para a vida e o trabalho, preparando as crianças para assumir funções adultas.

Com a Revolução Industrial, o crescimento das cidades, tornou-se cada vez maior a necessidade de mão-de-obra qualificada para exercer trabalhos nas indústrias. Novas e importantes concepções surgiram, e com isso alguns

estudiosos com suas idéias para a evolução da Educação Infantil, dentre eles, pode se destacar Froebel, por ter criado a primeira Instituição de Educação Infantil em 1837. Essas foram criadas como intenção de guardar e proteger a criança.

A escola muito parecida com a que conhecemos hoje, organizou-se porque ocorreu um conjunto de possibilidades: a sociedade na Europa mudou muito com a descoberta de novas terras, com o surgimento de novos mercados e com o desenvolvimento científico, mas também com a invenção da imprensa que permitiu o acesso à leitura da Bíblia principalmente).
(BOJES1987, p. 14).

Com o aumento da necessidade de pessoas qualificadas para o trabalho nas indústrias, muitas mulheres que anteriormente moravam na zona rural e dedicavam-se à casa e aos cuidados dos filhos, passou a ter que trabalhar nas cidades fora de casa. A sociedade encarregou-se do cuidado com as crianças, que permaneciam o dia em creches ou instituições destinadas à guarda de filhos de mulheres que trabalhavam fora de casa.

Em 1943, Getúlio Vargas criou uma legislação específica (C L T – Consolidação das Leis de Trabalhistas) que regulamenta até hoje a relação entre patrões e empregados. Dentre outros benefícios criados pela lei, estava a implantação de berçários pelas empresas, com isso abriu-se espaço para a criação de creches particulares, as quais prestariam seus serviços.

Nas décadas de 1960 e 1970, a Educação Infantil ganhou uma importância de destaque. A pobreza começa a ser vista não como problema individual, mas como característica social e cultural, de uma população onde se julgava não estar adaptada à vida e à ascensão social. Nesse período a criança era caracterizada como desprovida de desenvolvimento cognitivo, afetivo, com desestruturação familiar e fora de um padrão de vida do modelo da classe média.

Baseada em concepções sobre a marginalidade das camadas mais pobres e na teoria de carência das crianças das crianças brasileiras difundiu-se um atendimento antecipado da entrada da criança na escola, com o objetivo de evitar o fracasso escolar. Dessa forma, aquelas de classe popular menos favorecida, eram consideradas como carentes, inferiores, à medida que não correspondia ao padrão estabelecido ao modelo único de infância. Essa concepção enfatizada um modo médio, único e abstrato de comportamento e desenvolvimento infantil.

Assim, com o objetivo de diminuir as diferenças educacionais, sociais e culturais foi oferecido às crianças das camadas populares em instituições de Educação Infantil com as creches um programa compensatório com a finalidade de suprir suas carências nas áreas da saúde, nutrição e conhecimento. O objetivo desse programa era evitar o fracasso escolar quando as crianças fossem pra escola.

Só a partir da nova Lei de Diretrizes bases a Educação Nacional que houve reconhecimento de que as instituições como as creches e pré-escolas exercessem o papel de educar, deixando de ser meramente assistencialistas.

Com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 9394/96), as crianças passam a ter direito e deveres perante a sociedade. Artigo 29 da referida lei assim dispõe: “a educação infantil primeira etapa da educação básica, tem como finalidades o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. Sendo assim, educar e cuidar passa a fazer parte da educação infantil.

A função desse atendimento fica então sobre a responsabilidade da pré-escola e da creche que por sua vez são freqüentadas em sua maioria pela camada pobre da população. Conforme Kuhlmann Jr. (2008), em Educação Infantil Pós-LDB, a pré-escola e a creche não se restringe apenas em instituição educativa, elas de certa forma continuam sendo assistencialistas, havendo assim uma relação entre o cuidar e o educar.

Mas, o que é ser educacional? Se as instituições de educação infantil são educacionais, isso não implica um entendimento restrito do termo, como fazem supor certas interpretações das mudanças ocorridas recentemente na legislação do nosso país. A vinculação de creches e pré-escolas ao nosso sistema educacional representa uma conquista do ponto de vista da superação de uma situação administrativa que mantinha um segmento de instituições educacionais específico para os pobres, segregado do ensino regular, com todo o peso dos preconceitos relacionados a isso. (Kuhlmann Jr. 1999, p.55)

Deve se ter um olhar especial para a educação das crianças dentro e fora da escola de educação infantil, visto que sua responsabilidade em guardar e educar crianças tão pequeninas, mas capazes. A educação infantil abarca consigo um papel relevante nas mudanças educacionais da educação do país, todavia ela ainda possui um longo caminho a seguir, de forma a assegurar sua importância

para a educação como um todo, dando início à escolarização dos indivíduos com qualidade e possibilidade à continuidade.

O termo educação infantil exige certa explicitação, pois este representa uma delimitação na etapa da educação responsável pelo atendimento de criança de zero a seis anos, admitindo neste espaço e tempo outras denominações. Essas diferentes dimensões envolvidas na educação da criança pequena no contexto da sociedade moderna tem apresentado grandes desafios para estudiosos dessa área. Inicialmente assumidas pela família ou grupos sociais específicos, a socialização da criança passa a ser compartilhada por diversos segmentos públicos, deixando de ser uma tarefa exclusivamente privada.

A organização social típica das sociedades industriais, a modificação do meio cultural com qual a criança interage, rompe com os padrões instituídos de uma educação infantil que se dá, sobretudo na família, baseados em valores e crenças específicos desses grupos sociais ou familiares. No Brasil, mesmo com um consenso sobre a importância social e o caráter educativo das instituições responsáveis pela educação das crianças de 0 a 6 anos de idade, não tem se conseguido organizar funcionamento deste trabalho educacional. Esta educação se configura com algo inteiramente multidisciplinar e ainda enfrenta os desafios da articulação dos diferentes campos na produção de conhecimento com ênfase disciplinares e com uma diversidade de perspectivas teóricas. (www.publicacoes.inep.gov.br).

De acordo com Kramer (1987) é essencial que no Brasil a infância seja objeto de pesquisa, onde haja reflexões e levantamento de dados pra melhorar o atendimento da mesma na realidade presenciada atualmente. Além da importância do trabalho realizado pelos estudiosos e pesquisadores esta a realidade do cotidiano das crianças de 0 a 6 anos, pois é através desta realidade que surge a preocupação de investigar e pesquisar o atendimento em instituições de educação infantil. Dessa forma, é necessário que o trabalho dessa educação tenha significado, em que a gestão e a organização do trabalho pedagógico devem estar sempre presentes no processo educacional.

Se o que a instituição de educação infantil verdadeiramente busca é a formação de cidadãos participantes, responsáveis, compromissados, críticos e criativos, não se pode deixar de oferecer uma gestão democrática.

Uma gestão democrática abrange as dimensões pedagógicas, administrativas e financeiras. (VEIGA1998, p.18) afirma que a “gestão democrática exige compreensão em profundidade dos problemas postos pela

prática pedagógica”. Ela visa romper com separação entre concepção e execução entre o pensar e o fazer, entre teoria e prática. Busca resgatar o controle do processo e do produto de trabalho pelos educadores.

A gestão democrática enfatiza também o papel da família no processo educacional na infância, pois o papel da educação formal é de complementar a educação que a criança recebe em casa com os membros da família. Dessa forma família e escola possuem um mesmo objetivo que vai além de cuidar e educar, mas juntas elas podem mostrar um caminho a ser seguido, no que a criança seja sujeito de ações transformadoras na sociedade.

3. CRECHE

A história desta instituição esta diretamente ligada às modificações no papel da mulher na sociedade, em que para que a mesma pudesse sair de casa para trabalhar, precisava de um local onde deixaria seus filhos. Para cumprir esse papel encontramos a creche.

O período da infância na creche de acordo com kuhlmann Jr. (2006), possui dois fatores marcantes no seu início: Em primeiro lugar, fundou-se o Instituto de Proteção à Infância do Rio de Janeiro, instituição pioneira e de grande influencia em todo o país. Em segundo lugar, encontra-se a criação da primeira creche brasileira, a Creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado do Rio de Janeiro, esta foi implantada para cuidar dos filhos de operários que trabalhavam nesta indústria.

O aparecimento da creche surge e se modifica historicamente de acordo com as transformações das condições sociais concretas vividas pelos diferentes grupos sociais. Ao longo da história tal instituição passou por diversas transformações por se tratar de um local onde se amparavam crianças de diversas camadas sociais. Segundo Oliveira (1992) nas décadas de 1930 a 1950 as creches que existiam fora das indústrias eram de responsabilidade de entidades filantrópicas, que com o passar do tempo passaram a receber, além de donativos das famílias mais ricas de cada região receberam também ajuda governamental para desenvolver seu trabalho.

Nesta época a creche era vista realizando um trabalho apenas de modo assistencial, havia preocupação apenas com a higiene e segurança física das crianças, uma vez que as crianças que freqüentavam essas instituições eram de famílias muito pobres sem nenhum tipo de recurso próprio.

O trabalho realizado nas creches procurava atender necessidades da Industrialização e crescente urbanização, que por sua vez exigia mão-de-obra qualificada. Sendo assim a mulher passou a se inserir mais e mais ao mercado de trabalho deixando a zona rural para trabalhar nas cidades.

A educação dos filhos dessas mulheres ficava por conta da creche onde se preocupavam mais em cuidar e amparar as crianças como uma forma de ajuda às famílias, não havendo assim uma preocupação com a educação dessas crianças.

Diante desse aspecto, um trabalho voltado para educação, para o desenvolvimento intelectual e afetivo das mesmas não era valorizado.

Analisando este contexto, a própria população percebeu a necessidade do atendimento das creches estar voltado mais para a criança como sujeito do processo educacional da fase infantil.

As creches criadas por força de mobilização dos operários mantinham a concepção de ser um paliativo para suprir a necessidade das mães que não podiam ficar com seus filhos enquanto trabalhavam. Neste contexto, o amparo à infância começa a se constituir como uma questão pública. Segundo Kramer (1995), até a década de 1920 essa forma de assistência era concedida primordialmente por instituições de cunho assistencialista. Somente por volta da década de 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde, é que o Estado assume oficialmente sua responsabilidade no atendimento à infância. (Saberes sobre a Infância 2004, p.14).

A partir da criação do Ministério da Educação e Saúde, surgiram alguns Órgãos que buscavam salientar que a criança era o futuro da nação sendo necessário educá-la, de forma a prepará-la para o futuro. A criança passou a ser vista de acordo com o documento saberes sobre a infância como “redentora da pátria”. Assim destaca-se um Órgão com ênfase na atuação da creche brasileira, a Legião Brasileira de Assistência (L B A).

Procurando regulamentar as difíceis relações entre patrões e empregados, o presidente Getúlio Vargas criou em 1943, uma legislação específica, a C. L. T (Consolidação das Leis de Trabalho). Esta lei determinou a organização de berçários pelas empresas para abrigar os filhos das operárias durante o período de amamentação

Tal lei, entretanto abria espaço para que outras entidades, não a própria empregadora da mãe, realizassem essa tarefa através de convênios, porém o que se observou foi que o poder público não fiscalizou a oferta de berçários pelas empresas, assim poucas creches e berçários foram organizados nesta época e mesmo posteriormente.

A participação da mulher no mercado de trabalho se intensificou na segunda metade do século XX. O problema da mulher em conciliar o trabalho assalariado com tarefas domésticas, em especial, cuidar dos filhos ainda continuou. Já no período de 1930 a 1960 a preocupação com medidas de promoção de saúde à população mais pobre e com formas de evitar a

marginalidade de crianças e jovens dessa população levou alguns grupos sociais influentes a defenderem a creche como agência promotora de bem estar social.

Novamente a creche é colocada como um presente para os mais necessitados. O tempo passa e com o avanço da industrialização no país a partir da década de 1950 e especialmente nos períodos seguintes novas discussões sobre a creche surgiram, dentre elas o aumento do número de mulheres da classe média no mercado de trabalho e com isso a redução do espaço de brincar das crianças.

Nos períodos dos governos militares, as ações sociais adotadas continuaram a defender a creche como um local apenas de assistência à criança e à família. As entidades filantrópicas começavam a demonstrar alguma preocupação em relação a educação formal das crianças na creche.

Vale lembrar, que diante de todo esse movimento para firmar a creche, para que as mães pudessem trabalhar por questões unicamente econômicas e ajudar a manter suas famílias, de outro lado já existia as pré-escolas particulares atendendo as crianças de melhor poder aquisitivo. Estas que por sua vez foram ficando cada dia numerosas. As mesmas apontavam o período de 0 a 6 anos como período valioso para o desenvolvimento infantil, enquanto que nas creches para os menos privilegiados ainda estava para começar a ser motivo de preocupação.

Neste contexto, fica claro que enquanto as crianças pobres eram atendidas em creches com propostas que partiram de uma idéia de carência e deficiência, as crianças mais ricas eram colocadas em ambientes estimuladores que as auxiliavam no processo de viver desenvolver-se com propostas educativas de qualidade.

Depois de idas e vindas a creche tornou-se um direito do trabalhador, isso ocorreu através de reivindicações organizadas por movimentos populares de luta por creches e pelos movimentos feministas dessa época.

O resultado desses movimentos foi o aumento do número de creches organizadas mantidas diretamente pelo poder político e uma grande vantagem foi a participação maior das mães no trabalho desenvolvido na creche.

Para a alegria e satisfação dos que precisam e acreditam na creche, e veem nela espaço onde se tem chance de construir algo promissor com as

crianças, ou que acima de tudo descarta a idéia dessa instituição apenas como um depósito de criança.

A Constituição de 1988 reflete um momento de repensar as suas funções sociais. Ela reconhece a creche como uma instituição educativa, “um direito da criança, uma opção da família e um dever do Estado”. Sendo assim a Constituição opõe-se à visão tradicional da creche como uma dádiva, ou seja, como um favor prestado, no caso, à criança pobre e com funções apenas assistencialistas, de substituição à família. (OLIVEIRA, 1992)

A história da creche do estado de Goiás não difere dos acontecimentos nos quais fizeram com ela fosse implantada. Inicialmente de forma assistencialista e posteriormente, educativa já na época contemporânea, por meio de movimentos de mobilização dos trabalhadores.

A política de atendimento à infância no Estado de Goiás, no final da década de 1970, configurava-se por meio de diferentes Órgãos de Assistência. As creches existentes no município de Goiânia, em sua maioria vinculadas à Fundação das Legionárias de Bem Estar Social, bem como as que foram criadas no final da década de 1980, incorporavam os princípios e as concepções do Projeto Casulo. (Documento Saberes Sobre a Infância, 2004, p. 15).

Diante das exigências da população, por meio de mobilizações em busca de implantação de maior número de creches para a capital goiana, é evidente a contribuição de entidades religiosas e políticas neste contexto. Estes, por sua vez tinham interesses pessoais em ter mais instituições públicas onde pudessem exercer influencia sobre a população, principalmente, sobre os responsáveis por estas instituições. Então as exigências por uma instituição educativa foram atendidas de forma que estas se tornassem verdadeiramente educativas em lei.

“Essas reivindicações concretizaram-se com a Constituição Nacional de 1988. Pela primeira vez, a expressão Educação Infantil é utilizada, em lei para denominar instituições que atendessem crianças de zero a seis anos” (SABERES SOBRE A INFANCIA, 2004 p. 15).

3.1 o profissional de educação na creche

Não há registros na história da educação em creches que relatam o perfil dos profissionais da educação como educadores na instituição. Inicialmente a preocupação com a criança que freqüentava a creches estava voltada ao

processo de assistência e cuidado às crianças. Dessa forma não havia exigência quanto à formação dos educadores da creche.

O papel de educador na época era exercido por mulheres donas de casa ou mães, executando dessa forma o cuidado referente à profissão de babás. Esse modelo educacional foi mudando conforme as exigências de movimentos e a inserção da educação infantil na instituição denominada creche.

Dessa forma houve a necessidade de que essas instituições possuíssem educadores competentes e comprometidos com o processo educativo das crianças, sendo que estes fossem qualificados para tal exercício.

Segundo Sanches, (2003) a creche como um espaço educativo, implica modificar a concepção vigente em relação as seus profissionais. O educador deve considerar como premissa na sua ação um embasamento teórico-prático, sendo que estes possibilitem a mediação com as crianças de acordo com o conhecimento de ambos, possibilitando assim uma avaliação de acordo com as necessidades da criança consideradas sujeitos do processo educativo.

É importante para a obtenção de bons resultados neste processo um planejamento que possibilite ao educador analisar e interferir nas suas próprias ações com relação aos métodos e conteúdos utilizados no momento da mediação na sala de aula destas instituições conforme a fragilidade e capacidade de ambos.

Os objetivos propostos pelo profissional de educação são apenas o ponto de partida para a concretização da ação educativa, pois essa resulta das relações estabelecidas cotidianamente entre os sujeitos e as circunstâncias sociais e culturais. Nessas o inesperado acontece, não porque não houve planejamento, mas por tratar-se de relação humana, que pressupõe conflito e negociação de interesses, desejos e conhecimentos. Ao planejar, o profissional deve pensar em momentos e experiências que proporcionarão, ao coletivo de crianças, a reconstrução e a ampliação dos sentidos e significados do mundo. (Documento Saberes Sobre a Infância 2004, p.45).

Segundo Sanches (2003), a formação não ocorre pelo acúmulo de cursos, palestras e técnicas, mas por trabalho de reflexão sobre as práticas e reconstrução permanente de uma identidade pessoal, sendo indispensável investir no educador estimulando o seu conhecimento profissional. Dessa forma a história de vida individual de educadores como referencia para suas ações deve ser levada em consideração e à construção de saberes a partir das diversidades.

Faz-se necessário enxergar a pessoa que existe no professor. Contudo, o educador de creche deve ter conhecimentos da Psicologia do Desenvolvimento, sensibilidade para realizar a mediação do conhecimento entre a criança e o ambiente, diversificando recursos básicos, trabalhar e orientar suas afetividades para estabelecer relações interpessoais e ter clareza nas propostas de atividades.

Para Sanches (2003) a profissionalização não pode ficar atrelada ao campo da psicologia, assim o currículo deve contemplar o conhecimento da criança em desenvolvimento. Outro ponto é reflexão em torno da concepção de homem e de mundo. E neste sentido o papel do educador é lutar em busca de uma formação que lhe possibilite todos estes requisitos para que possa exercer um trabalho educativo de qualidade.

3.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo as reflexões do estudo realizado, percebemos que a valorização da educação possui grande importância na vida de qualquer cidadão, desde a sua concepção, mesmo que, a educação não acontece somente a partir na inserção da criança na escola.

Ao longo da história da educação, infância e creche há formas de educação diferentes, mas que de certa forma contribui entre si para que haja uma educação de qualidade. A princípio o atendimento nas instituições de educação infantil acontecia de forma assistencialista e higienista, com o objetivo de cuidar das crianças, mas de acordo com as transformações sociais houve reivindicações exigindo que estas fossem além do ato de cuidar.

As instituições de educação infantil deveriam ser educativas, mas não poderia deixar de lado a função de cuidar. Assim elas poderiam exercer as duas funções, mas tendo como premissa a função educativa. Essa função de acordo com a realidade da instituição observada ainda tem muito a mudar, pois o atendimento oferecido por ela está voltado mais para o ato assistencialista do que para o ato educacional. Isso irá acontecer no momento em que os profissionais que atuam nela se estejam capacitados para um trabalho educativo

Para que isso aconteça é necessário uma política pública que exija a capacitação destes com uma formação continuada onde todos os envolvidos no processo educativo entenda que as crianças devem ser sujeito do mesmo. Assim é não basta exigir apenas, mas sim investir no quadro de profissionais, com remuneração adequada na estrutura física do prédio com espaço onde as crianças tenham prazer em frequentar a creche.

Referências Bibliográficas

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2º ed. Rio de Janeiro: LCT, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Brasília, 2006

BOJES, Ivone. **Por uma Escola Humana**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1987.

CANDAL, E. Aciris, SILVA, J. Josué Filho, STRENZEL, G. **Reis. Educação Infantil 1983-1996** Brasília Df. Mee/inep./compol. Disponível em www.pubicacoes.inep.gov.br, 2001.

CRAIDY, Maria Carmem e KAERCHER E. Glades. **Educação Infantil – Pra que te Quero?**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CRAYD, Maria Carmem. **A Política de Educação Infantil no Brasil**. In: Simpósio Nacional de Educação Infantil. Brasília, 1994.

GHIRALDELLI Jr. Paulo. **História da Educação Brasileira**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOIANIA. Secretaria Municipal de Goiânia. **Saberes Sobre a Infância – A construção de uma Política de Educação Infantil**, 2004.

GOULART, Ana Lucia de Faria; PALHARES, Marina Silveira (org.). **Educação Infantil pós LDB** 6º ed. Vários autores, Campinas

KRAMER, S. A. **A Política do Pré-escolar no Brasil: a Arte do Disfarce**. São Paulo: Cortez, 1987.

KUHLMANN Jr. Moisés. **Infância e Educação Infantil: Uma abordagem Histórica**, 3º ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Origens da Educação Pública**. 3º ed. São Paulo: Loyola, 1981.

OLIVEIRA, Zilma Morais, et al. **Creches: Crianças faz de Conta e cia**. Petrópolis : Vozes, 1999.

SANCHES, Emília Ciriano, **Creche**. Realidade e Ambigüidade Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias Pegagógicas no Brasil**. Campinas. Sp. Autores associados, 2007